



António Maria Pereira a «Jornal Novo» — (I)

Proposta a adopção do português como língua de trabalho na Organização Mundial da Propriedade Intelectual

O dr. António Maria Pereira, que tem representado o nosso país em numerosas reuniões internacionais, nas quais se tem salientado pela defesa e promoção da língua portuguesa, regressou há dias de Genebra onde, em representação da Secretaria de Estado da Cultura, tomou parte nas reuniões dos órgãos directores da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que ali se realizaram, de 25 de Setembro a 3 de Outubro, nas monumentais instalações da nova sede daquele organismo.

Nessas reuniões em que o dr. Arpad Bogsch foi reeleito director-geral da Organização, o dr. António Maria Pereira propôs, oficialmente, a adopção do português como língua de trabalho da OMPI. A importância do assunto levou-nos a entrevistá-lo.



O dr. António Maria Pereira felicitando o dr. Arpad Bogsch pela sua reeleição como director-geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

«Jornal Novo» — Poderá dizer-nos a que se passou acerca da língua portuguesa na recente reunião da OMPI?

António Maria Pereira — Passou-se simplesmente isto: pela primeira vez foi formalmente discutido numa grande organização internacional, que o português passasse a ser oficialmente língua de trabalho. Para ser mais exacto, devo acrescentar que este acto decisivo para a promoção da língua portuguesa só foi, até agora, praticado por alguém que fala a nossa língua, mas não é português. Refiro-me ao presidente Agostinho Neto, de Angola, na conferência da Organização da Unidade Africana, em Cartum, em Julho passado.

Consequentemente se, como espero, a assembleia geral da OMPI a realizar em 1979, aprovar a proposta por nós apresentada, a consequência será que o português passará a ser língua de trabalho em duas grandes organizações internacionais: a OMPI e a OUA.

«JN» — Mas qual o significado prático da admissão do português como língua de trabalho de uma grande organização internacional?

AMP — Esse significado é de transcendente importância. Basta recordar que algumas das grandes organizações internacionais que, como a OMPI e a UNESCO, são agências especializadas no sistema das Nações Unidas, têm como objectivo fundamental a promoção cultural e tecnológica dos países em vias de desenvolvimento.

O fosso imenso que separa esses países — onde milhões de pessoas ainda morrem à fome e onde as carências culturais e tecnológicas são terríveis — das nações industrializadas, constitui o mais grave desafio posto aos responsáveis políticos da actualidade. É a questão da nova ordem económica, em debate nas reuniões Norte-Sul, sobre a qual tanta tinta tem corrido mas que ainda está longe de ser resolvida em termos satisfatórios. Todos reconhecem ser fundamental que os países ricos auxiliem os países pobres e pauperísimos. Porém, na realidade, ocorre ao faz pouco mais

do é ainda muito pouco. As despesas dos grandes países com armamento, por exemplo, consomem verbas muito superiores às que são destinadas a salvar da fome, da doença, da miséria, do subdesenvolvimento cultural os países mais necessitados. Seja como for, a promoção cultural e tecnológica desses países está fundamentalmente a cargo dessas grandes organizações internacionais. Por isso a OMPI e a UNESCO investem a maior parte do seu orçamento em actividades de cooperação para o desenvolvimento, que se traduzem em inúmeras bolsas de estudo, na utilização de métodos áudio-visuais, na organização de seminários, na publicação de livros, manuais, guias, etc. Toda esta intensa actividade de promoção cultural é feita nas línguas de trabalho das organizações a quais, no que respeita à cooperação para o desenvolvimento são, para a OMPI, o francês, o inglês, o espanhol e o árabe e para a UNESCO, além dessas, também o russo e, dentro de muito pouco tempo, o chinês.



As novas instalações da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em Genebra.

«JN» — E quanto ao português?

AMP — Pois esse tem sido, desde sempre, o meu «cavalo de batalha». Acontece que o português tem sido absurdamente marginalizado das actividades culturais das grandes

organizações internacionais. Daí tem resultado que enquanto os países em desenvolvimento de expressão inglesa, francesa, espanhola ou árabe já há muito tempo beneficiam e continuam a beneficiar daquele esforço das grandes organizações internacionais que lhes é prodigalizado nas suas respectivas línguas — os países africanos de expressão portuguesa só poderão ter acesso aquelas fontes de cultura desde que utilizem o espanhol, ou outra língua. O que, com o tempo, se traduzirá, inexoravelmente, na subalternização do português perante o espanhol. Não esqueçamos que há, actualmente, em Angola várias centenas de professores cubanos, a quem a situação actual muito convém...

«JN» — Mas por que razão não se requereu há mais tempo que o português fosse língua de trabalho das outras organizações internacionais?

AMP — A resposta tem que ser dividida cronologicamente: até ao 25 de Abril, a nossa absurda política colonial — bem como a ausência de democracia — eram responsáveis pela nossa péssima imagem internacional, que cortava liminarmente qualquer esforço da nossa diplomacia pela promoção internacional do português. Depois da Revolução, tudo mudou. A descolonização — que, evidentemente, se podia e devia ter processado de outro modo — desempenhou, indiscutivelmente, um decisivo papel para melhorar, em termos espectaculares, a nossa imagem internacional. A partir da Revolução já nada impedia, por isso, que se requeresse a adopção do português como língua de trabalho — e até, porque não?, como língua oficial da ONU. Não aconteceu, porém, assim. Com excepção de algumas iniciativas isoladas de Medeiros Ferreira, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, e de Sá Machedo, que chegou a iniciar uma ofensiva diplomática para a promoção do português — a qual não teve, porém, seguimento, em consequência da intervenção negativa de certas diplomacias paralelas — a verdade é que faltou sempre e continua a faltar a Portugal uma política coerente de defesa da língua. Esta foi, aliás, uma acusação formulada contra o nosso País por responsáveis de países africanos de expressão portuguesa, na recente Conferência da OUA em Cartum.

Uma paragem sumária a 2.ª parte da entrevista.